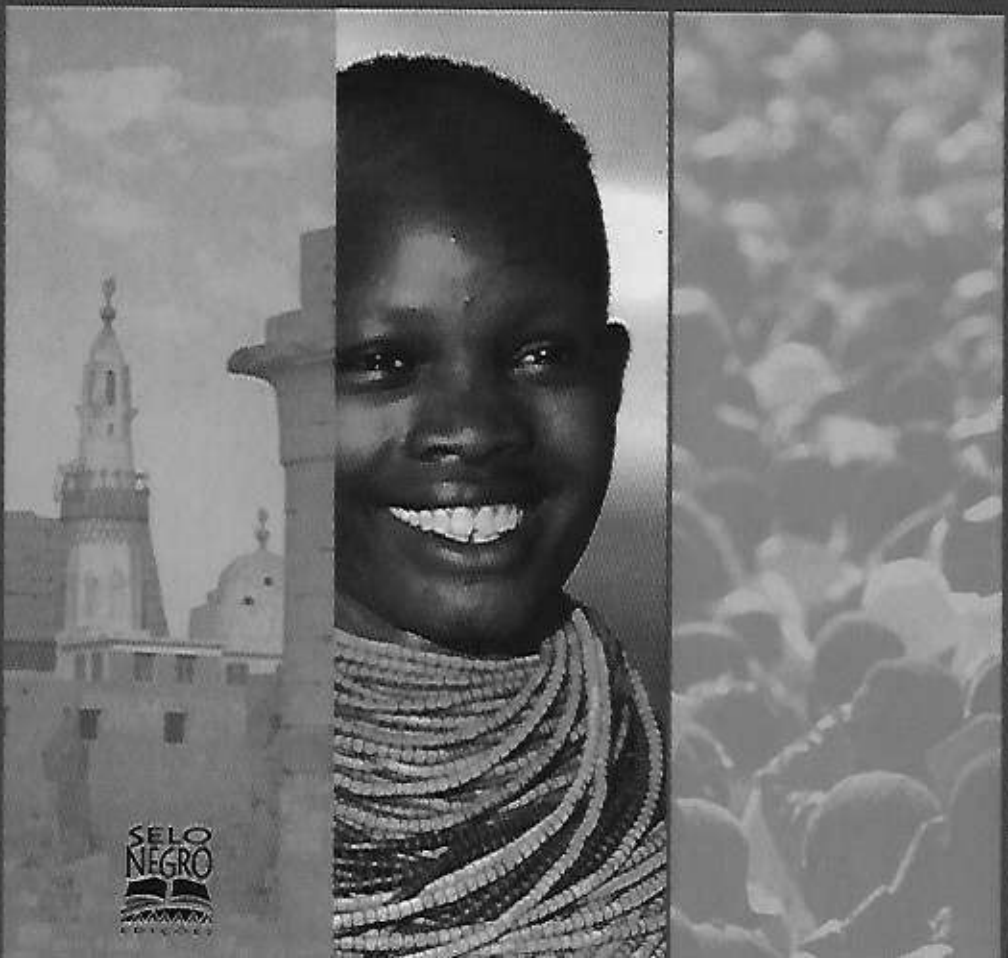
UPDF
WWW.UPDF.COM

Leila Leite Hernandez

A África na sala de aula

VISITA À HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

prefácio: Mia Couto



UPDF
WWW.UPDF.COM

A ÁFRICA NA SALA DE AULA

Visita à História Contemporânea

Leila Leite Hernandez

SELO NEGRO
EDIÇÕES

UPDF
WWW.UPDF.COM

A ÁFRICA NA SALA DE AULA
Visita à História Contemporânea
Copyright © 2005 by Leila Leite Hernandez
Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Capa: **Camila Mesquita**
Mapas: **Magno Nascimento**
Editoração e Fotolitos: **All Print**

1ª reimpressão

Nota do editor: as siglas com mais de três letras e pronunciáveis foram grafadas de acordo com o padrão adotado pelos maiores veículos de comunicação do país.

Selo Negro Edições
Departamento editorial:
Rua Itapicuru, 613 – 7º andar
05006-000 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3872-3322
Fax: (11) 3872-7476
http://www.selonegro.com.br
e-mail: selonegro@selonegro.com.br

Atendimento ao consumidor:
Summus Editorial
Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado:
Fone: (11) 3873-8638
Fax: (11) 3873-7085
e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

UPDF
WWW.UPDF.COM

5

OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NA ÁFRICA[1]

O desafio à autoridade: a concretização das resistências



É preciso um cuidado especial para entender que, mesmo compartilhando um conjunto de pressupostos, os sistemas coloniais apresentavam-se diversos quanto à forma e intensidade com que utilizavam seus mecanismos e instrumentos de dominação diante da rica variedade de culturas pré-coloniais africanas. Também não resta dúvida de que a dominação não foi efetiva em todos os espaços geopolíticos ficando, na prática, circunscrita aos pequenos centros e seus arredores, nos espaços econômicos produtivos e ao longo dos caminhos de escoamento dos produtos de exportação.

De todo modo, o processo de colonização foi sempre marcado pela violência, pelo despropósito e, não raro, pela irracionalidade da dominação. O confisco de terras, as formas compulsórias de trabalho, a cobrança abusiva de impostos e a violência simbólica constitutiva do racismo feriram o dinamismo histórico dos africanos. Não surpreende, portanto, que os movimentos de resistência tenham pipocado em todo o continente, criando o enorme e quase inviável desafio de pesquisá-los criteriosamente.

Por sua vez, os estudos efetuados sobre algumas dessas experiências históricas caracterizam-se no seu conjunto por um eurocentrismo manifesto por três equívocos básicos. O primeiro deles diz respeito ao fato da pouca importância

1. Cabe salientar que este capítulo é uma versão revisada e ampliada do artigo de HERNANDEZ, Leila M. G. Leite. "Movimentos de resistência na África". *Revista de História*, Depto. de História. FFLCH/USP. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2º semestre, 1999.

UPDF
WWW.UPDF.COM

atribuída ao próprio tema da resistência, justificada pela crença de que os africanos teriam se resignado à "pacificação" européia.

O segundo equívoco refere-se aos estudos que identificam os movimentos de resistência como de pequena envergadura, desorganizados e impulsionados por ideologias qualificadas como irracionais de vez que compostos por crenças "fetichistas" e, em decorrência, "conservadoras". Daí o fato de serem considerados "insignificantes", não apresentando conseqüências importantes em seu tempo.

Já o terceiro equívoco é o despropósito de classificar as sociedades africanas entre aquelas que possuem organização social hierarquizada e poder político fortemente centralizado e, por isso, são consideradas "naturalmente belicosas" e as que se apresentam hierarquizadas de forma débil e difusa e têm um poder político descentralizado, sendo por conseqüência caracterizadas como "naturalmente pacíficas".[2] Ora, essas análises não se sustentam historicamente uma vez que a grande maioria das organizações sociopolíticas africanas tanto buscaram, em algum momento, uma base de colaboração com os europeus como, em outros, entraram em confronto com eles em defesa de interesses ou valores que consideravam fundamentais.

Ao lado desse conjunto de equívocos, o historiador Terence Ranger, um dos grandes especialistas dos movimentos de resistência na África, em particular na ocidental, ressalta que convém reconhecer com clareza a necessidade de uma soma de esforços para que mediante um maior número de cuidadosas pesquisas torne-se possível identificar e classificar os movimentos de resistência com maior rigor.[3]

Uma observação tem de ser feita, nesse ponto, sobre a dificuldade de se pensar os movimentos de resistência. Há diferenças mas também razões comuns que fazem esses movimentos praticamente impossíveis de ser tratados por qualquer discurso linear. Também esse é um problema que dificulta a seleção dos movimentos e a sua rigorosa classificação. No momento em que se constituíram, assim como naqueles em que eclodiram, os movimentos permitem-nos entrever um entrelaçamento de diferentes planos como o político e o econômico, ou o político e o cultural (no sentido amplo do termo), desafiando o pesquisador a identificar qual motivo predominou sobre os demais. Nesse sentido, é possível reconhecer como razões relativamente diretas das revoltas que

2. THORNTON, John. *The state in African historiografy:..., op. cit.*, vol. IV.
3. Este capítulo foi inspirado no artigo de RANGER, Terence "Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista". *In:* BOAHEN, Adu. A. *História geral da África: vol. II, op. cit.*, pp. 69-86.

UPDF
WWW.UPDF.COM

eclodiram em particular (mas não só) entre 1880 e 1914: a perda da soberania, a quebra da legitimidade, as idéias religiosas, o despropósito de mecanismos econômicos e a corrosão e repressão culturais, salientando que grande parte das vezes alguns desses elementos apresentam-se de forma articulada.[4]

Quando falamos em perda de soberania é preciso deixar claro que ela apresentava-se historicamente combinada com a própria conjuntura de constituição do sistema colonial dando ensejo para que um movimento de resistência refletisse múltiplas razões de descontentamento. Exemplo significativo foi o da Argélia, em 1830, quando o governo francês invocando os ataques piratas nos postos do Mediterrâneo ocupou o território argelino.

A resposta foi uma resistência constante e organizada por parte da população árabe que, além de ser zelosa de sua soberania, não aceitava as políticas e os métodos executados pela burocracia colonial européia, os quais eram incompatíveis com os de uma administração com raízes islâmicas, fundada em um sistema moral santificado. Cem anos depois, em 1930, Ferhat Abbas observou com justeza:

> A colonização constitui apenas uma empreitada militar e econômica, posteriormente defendida por um regime administrativo apropriado; para os argelinos, contudo, é uma verdadeira revolução que vem transtornar todo um antigo mundo de crenças e idéias, um modo secular de existência. Coloca todo um povo diante de súbita mudança. Uma nação inteira, sem estar preparada para isso, vê-se obrigada a se adaptar ou, senão, sucumbir. Tal situação conduz necessariamente a um desequilíbrio moral e material, cuja esterilidade não está longe da desintegração completa.[5]

Essas considerações dão conta de como a alienação da soberania trouxe a perda da independência e da liberdade, dando ensejo à resistência constante por parte das populações locais ao governo colonial francês, destacando-se a guerra liderada por Abd-al-Qadir que durou de 1834 a 1847, quando foi sufocada por um exército de cerca de cem mil soldados franceses. O exemplo deste e de outros movimentos de resistência pela perda da soberania permitem observar que o significado de soberania para a maior parte das sociedades africanas teve limites que excediam o poder político considerado de forma restrita. Em outras palavras, em grande parte das sociedades africanas o poder de mando era supre-

4. Sobre o tema das lutas de resistência na costa atlântica consultar: MACGAFFEY, Wyatt. *Dialogue of the deaf Europeans on the Atlantic Coast of Africa.* Cambridge: University of Cambridge Press, 1994.

5. *Apud* BERQUE, J. *Les Maghreb entre deux guerres.* 2. ed. Paris: Du Seuil, 1970.

UPDF
WWW.UPDF.COM

mo mas não exclusivo, ou seja, ele era partilhado entre a organização política e a organização social fundada na religiosidade.

Ainda nessa direção podemos acrescentar que os países setentrionais, no seu conjunto, provavelmente foram os que apresentaram mais resistência diante da perda de suas soberanias. Milhares de sudaneses (em particular nas revoluções de 1881 a 1884 e nos levantes entre os anos de 1900 e 1904), egípcios (quando da revolução urabista entre 1860 e 1882) e somalis (entre 1884 e 1894) perderam suas vidas em confronto com as tropas coloniais britânicas. Eram movidos por um sentimento patriótico fundido a um sentimento religioso fortemente arraigado. Significa dizer que essas populações lutaram tanto pela defesa do seu território como de sua fé, uma vez que lhes era inaceitável, como islamizados, ser submissos no plano político a uma potência cristã, no caso, a Grã-Bretanha.[6]

Por sua vez, também em outras regiões da África, o papel das idéias religiosas nos movimentos de resistência foi de tal relevância que colocou aos pesquisadores a necessidade de ressaltá-lo, reconhecendo que as doutrinas e os símbolos religiosos apoiavam-se, por vezes diretamente, nas questões da soberania e da legitimidade. Essa idéia merece ser sublinhada ao mesmo tempo que é preciso realçar a expressão propriamente política contida no papel das idéias religiosas, uma vez que o sagrado apresenta-se historicamente articulado à própria organização social.

Nesse sentido, importa ressaltar que a reação religiosa foi um forte componente nos movimentos de resistência na África, em particular entre 1880 e 1914. Melhor explicando: nos momentos em que a colonização se fez perturbadora, a religião, em graus diferenciados, cristalizou a tomada de consciência, organizou o protesto e se converteu em instrumento de oposição. A violência so-

6. É importante registrar que os árabes da Península Arábica invadiram a África por meio do Egito e da região setentrional desde o século VII, quando o objetivo era a obtenção de escravos e não a conversão de "infiéis". A esse movimento expansionista seguiram-se os dos séculos VIII (com as dinastias dos Omíadas e Abácidas, quando se desenvolveu o islamismo como religião); IX (partindo do Iraque meridional para a bordadura setentrional do Saara e de Trípoli para oeste até o Atlântico); X (quando se identificou a unidade entre Oriente Próximo e Magrebe em torno do Islã); XI (com os Almorávidas, que assumiram o poder no Marrocos, invadiram e desintegraram o reinado negro de Gana); e XIX, quando a vaga de difusão do Islã na África ocidental incluiu o estabelecimento do sultanato de Sokoto, as expansões diferenciadas de "Estados" islâmicos como dos malinkes e dos soninkes; e o fortalecimento dos "reinos" como dos Ashantis, de Daomé e Benin, em decorrência do processo de expansão em toda a Costa dos Escravos. Consultar NIANE, D. T. (coord.). *História geral da África. A África do século XII ao século XVI, v. IV*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1985. Vale também acrescentar que para as palavras árabes utilizadas neste livro foi adotado o sistema de transliteração usado pos SOURDEL, Dominique et Janine. *Dictionaire historique de l'Islam*. Paris: PUF, 1996.

UPDF
WWW.UPDF.COM

frida, por um lado, e a impotência material, por outro, favoreceram o recurso ao sagrado como afirmação cultural.

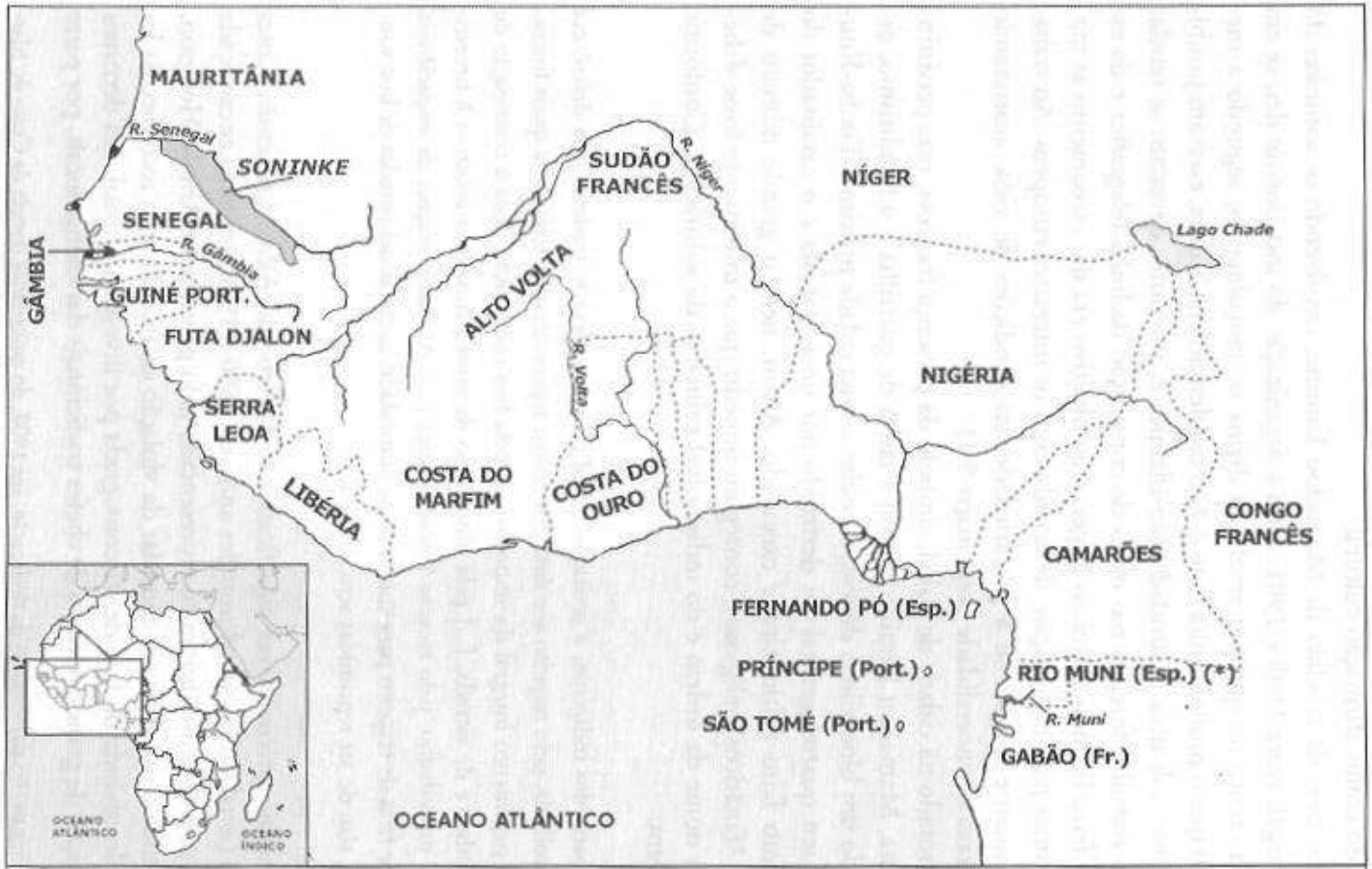
Foi o caso da rebelião de Mamadou Lamine, envolvendo os soninkes do Alto Senegal, entre 1898 e 1901. Nela a organização do movimento deu-se em torno da crença de que por revelação divina os muçulmanos, segundo a memória do que o profeta tinha feito e dito condensada na Sunna, estavam proibidos de viver sob uma autoridade não-islâmica e, portanto, deveriam se rebelar contra o trabalho forçado nas obras de construção da linha telegráfica e da estrada de ferro ligando Kayes ao Níger, cujo objetivo era dar escoamento às matérias-primas para exportação, de acordo com os interesses europeus. Ao trabalho extenuante somava-se a precariedade das condições de vida, acarretando elevada taxa de mortalidade (veja mapa 5.1).

Derrotado na cidade de Bakel, símbolo da presença francesa, mas persistindo na luta, Mamadou Lamine adotou a tática de guerrilha e o banditismo, organizando um bloqueio e, depois, o assalto a uma cidade próxima, Touba-Kouta. Mas seu quartel-general foi destruído por uma granada e o catalisador do movimento feito prisioneiro e executado. Assim, nem o grande número de adeptos, "fanáticos" religiosos, conseguiu impedir que o movimento fosse debelado, em nome da ordem e do indiscutível princípio da autoridade. Conforme Angoulvant:

> Da parte dos indígenas, a aceitação de tal princípio deve se traduzir pela deferência na acolhida, pelo respeito absoluto aos nossos representantes, sejam eles quais forem, pelo pagamento integral do imposto [...] pela boa cooperação dada à construção de caminhos e de estrada, [...] pela observação de nossos conselhos relativos à necessidade do trabalho, pelo recurso à nossa justiça [...]. As manifestações de impaciência ou de falta de respeito para com a nossa autoridade, as faltas deliberadas de boa vontade, têm de ser reprimidas sem demora.[7]

Também extremamente significativa foi a Rebelião Ashanti na então Costa do Ouro (atual Gana) que durou dez anos, de 1890 a 1900, em uma encarniçada luta contra o domínio britânico representado pelo governador Arnold Hodgson. Essa rebelião é um exemplo modelar da violação de mando com reconhecida legitimidade advinda do fato de ser consagrada por investidura ritual. Ela decorreu da deposição de grande número de chefes tradicionais das chefias locais, por parte

7. Esse é um trecho significativo da declaração, em 1908, do governador francês da Costa do Marfim. SERET-CANALE. *In: French colonialism in tropical Africa: 1900-1945*. Londres: C. Hurst, 1971, pp. 97-8.



5.1 - Costa ocidental africana com destaque da região Soninke no Alto Senegal (1898-1901).

(*) Contornos inicialmente estreitos da região denominada rio Muni e circunvizinhança, que mais tarde, com dimensões ampliadas deu origem à Guiné Equatorial.

[baseado em FAGE, 1978]

UPDF
WWW.UPDF.COM
LEILA LEITE HERNANDEZ

UPDF
WWW.UPDF.COM

da burocracia colonial britânica, envolvendo portanto a violação do caráter sagrado da realeza, nos planos religioso e cultural (veja mapa 5.2).

Seguiu-se a nomeação de outros chefes locais designados que careciam de legitimidade perante a população e foram encarregados, inclusive, da cobrança de 4 xelins por cabeça, como indenização por uma rebelião em 1887. Por fim, o governo britânico exigiu que o seu representante se sentasse no Tamborete de Ouro, símbolo da alma ashanti e da sua sobrevivência como nação e, por isso, instrumento de consagração da legitimidade dos seus chefes. A indignação dos ashantis levou praticamente todos os "Estados" importantes a enfrentar os ingleses em inúmeras batalhas sangrentas debeladas só depois da prisão e deportação da líder, a rainha de Edweso, Nana Yaa Asantewaa, e de vários generais ashantis, em 1900.[8]

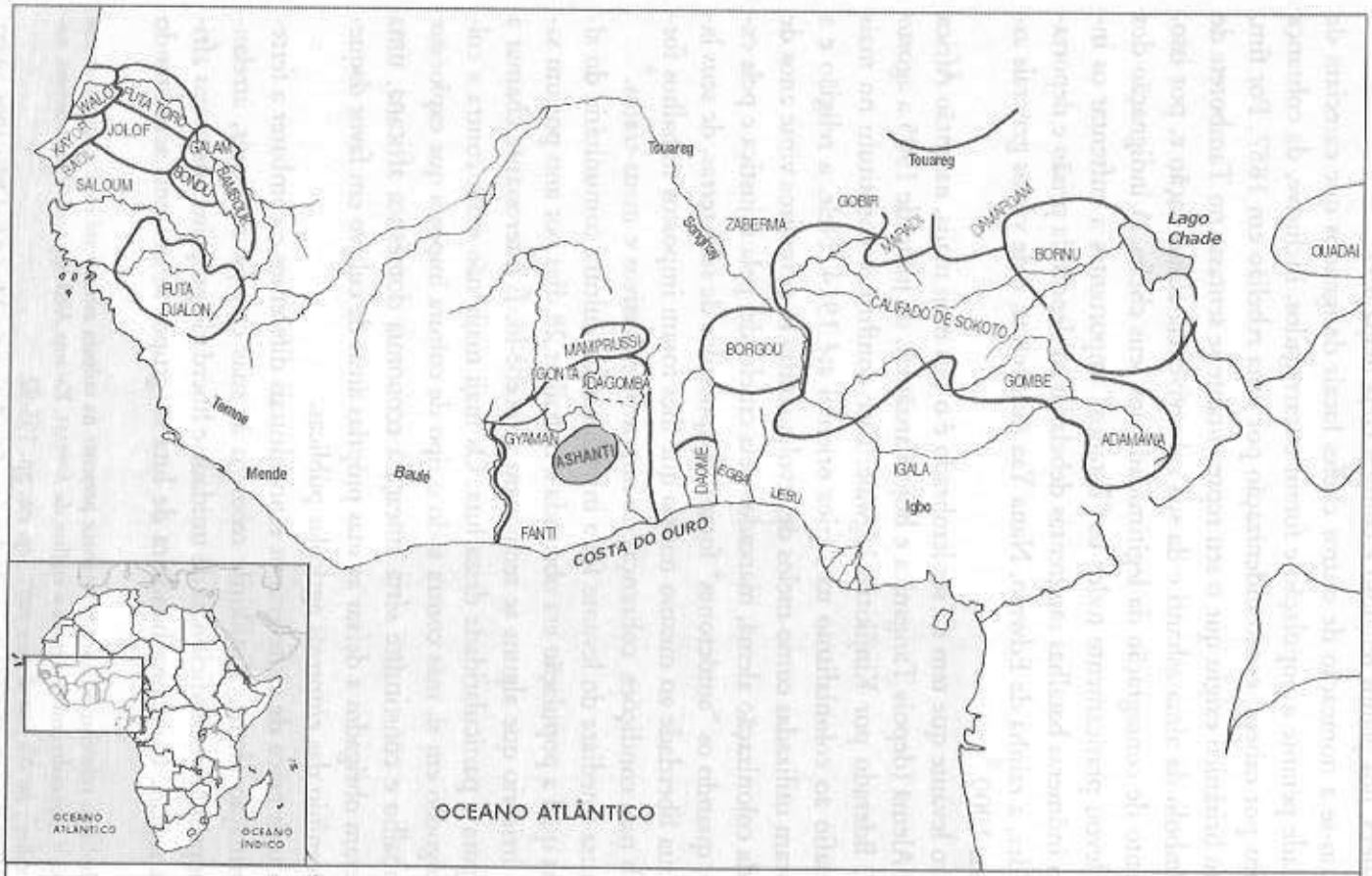
Outro levante que tem de ser lembrado é o dos maji majis, na então África Oriental Alemã (depois Tanganica e hoje Tanzânia), de julho de 1905 a agosto de 1907, liderado por Kinjikitile Ngwale. Esse conflito se constituiu no mais grave desafio ao colonialismo na África oriental até 1914. Nele, a religião e a magia foram utilizadas como meios de revolta contra os primeiros vinte anos de história da colonização alemã, marcados pela crueldade, pela injustiça e pela exploração, quando os "autóctones" foram desapossados de suas terras, de seus lares e de sua liberdade ao mesmo tempo que lhes foram impostos trabalhos forçados sob más condições, cobranças de impostos excessivos e maus-tratos.[9]

A causa imediata do levante foi a introdução da cultura comunitária do algodão, na qual a população era obrigada a trabalhar 28 dias por ano por um salário tão irrisório que alguns se recusavam a recebê-lo. É interessante chamar a atenção para a particularidade dessa luta. Os maji majis não eram contra a cultura do algodão em si, mas contra todo o tipo de cultura imposta que explorasse o seu trabalho e constituísse séria ameaça à economia doméstica africana, uma vez que eram obrigados a deixar as suas próprias áreas de cultivo em favor daquelas sob domínio das empresas agrícolas públicas.

Para unir cerca de vinte grupos etnoculturais diferentes e combater a ferrenha dominação alemã, Kinjikitile recorreu às suas crenças religiosas, atrelando-as aos princípios tradicionais de unidade e liberdade próprios dos povos africanos da região. Com essa bandeira de luta os grupos se uniram, acreditando

8. O simbolismo referente ao ouro permanece presente na cultura ashanti até os dias atuais. A esse respeito, é especialmente sedutora a análise de APPIAH, Kwame Anthony em "Velhos deuses, novos mundos". *In: Na casa de meu pai:..., op. cit.*, pp. 155-92.

9. GWASSA, Gilbert C. K. "African methods of warfare during the Magi Magi War 1905-1907". *In:* OGOT, Betwell A. *War at society in Africa.* Londres: Frank Cass, 1974.



5.2 - Estados e povos da África com destaque para os povos ashantis quando de 1890 a 1900 rebelaram-se contra o governo britânico.

[Baseado em FAGE, 1978]

UPDF
WWW.UPDF.COM
LEILA LEITE HERNANDEZ

UPDF
WWW.UPDF.COM

que a guerra era um desígnio divino e seus ancestrais regressariam à vida terrena para ajudá-los nessa empreitada.

Para ressaltar e dar concretude à unidade das várias etnias, Kinjikitile promoveu a construção de um enorme altar ao qual chamou "a casa de Deus" e nele passou a preparar o Maji, isto é, uma água tida como medicinal e sagrada com poder de tornar todos os africanos que a bebessem invulneráveis à artilharia européia.

A guerra estalou na última semana de julho de 1905 e as primeiras vítimas foram o fundador do movimento e seu auxiliar mais próximo, enforcados no dia 4 de agosto do mesmo ano. O pai de Kinjikitile reergueu a bandeira do movimento, assumindo o título de Nyanguni, uma das três grandes divindades da região, e continuou a ministrar o Maji. Mas o movimento acabou sendo brutalmente reprimido pelas autoridades coloniais alemãs.

Debelado o movimento, as sociedades tradicionais foram quase totalmente extintas. Entretanto, a atividade dos profetas nessa região prosseguiu ao longo das duas décadas seguintes para se ampliar após a Segunda Guerra Mundial, culminando com a independência nos anos 1960.[10]

A importância desse movimento foi notória, em primeiro lugar, por sua extensão, uma vez que se alastrou por uma área de aproximadamente 26 mil quilômetros quadrados, englobando parte da região meridional e a região sul da África Oriental Alemã. Em segundo lugar, esse movimento foi bem mais complexo do que os anteriores das várias Áfricas porquanto, transcendendo as fronteiras étnicas, superou a língua e outros particularismos culturais promovendo transformações fundamentais que atingiram a própria organização tradicional dos "autóctones". Por sua vez, em terceiro lugar, destacou-se por ter abalado a burocracia colonial alemã, levando-a ao abandono da política comunitária da cultura do algodão. Também a forçou a promover algumas reformas no âmbito da própria estrutura colonial, sobretudo no recrutamento e na utilização da mão-de-obra em formas compulsórias de trabalho sem, contudo, alterar a natureza do colonialismo fundado na violência, na irracionalidade e no despropósito da dominação. De toda forma, por sua amplitude e por seus desdobramentos,

10. A historiografia aponta a importância dos movimentos messiânicos, proféticos e milenaristas e sua variedade em diversas regiões do continente africano. Vale registrar dois artigos clássicos: o primeiro de GWASSA, Gilbert C. "Kinjikitile and the Ideology of Maji-Maji". *In*: RANGER, Terence; KIMAMBO, Isoria (eds.). *The historical studies of African religion: with special references to East and Central Africa*. Londres: Hanemann, 1972. Por sua vez o segundo é de autoria de COQUERY-VIDROVITCH, C. e MONIOT, H. "Movimentos religiosos". *In*: *África negra de 1800 a nuestros días*. Barcelona: Labor, 1985, pp. 252-63.

UPDF
WWW.UPDF.COM

essa rebelião é consensualmente reconhecida como tendo sido a primeira manifestação do "protonacionalismo" da Tanganica (veja mapa 5.3).

Também significativo é o exemplo da revolta de "Maluma", em 1909, na Niassalândia. Sacerdote dos Tonga e com reconhecida legitimidade por seu papel ancestral de guardião espiritual, Maluma liderou um movimento político-racial com o objetivo de os homens negros colonizados expulsarem os colonizadores, homens brancos. Foi uma luta marcada por extrema violência e debelada com requintes de crueldade.

Outro exemplo de registro foi o movimento organizado em 1913, no Quênia. Liderado por seu fundador, Onyango Dandê, partiu do país Luo, expandiu-se para o Abagusii e, articulando religião e política, pregava a expulsão dos europeus e, com eles, da "podre" religião cristã.

Não menos importantes foram os movimentos cujo motivo mais próximo de sua eclosão era de ordem econômica. Em geral, estiveram presentes nas várias regiões da África e decorreram, entre outras razões, da perda de terras e da cobrança de impostos abusivos. Nesse contexto, o exemplo da rebelião provocada pelo imposto da palhota em Serra Leoa, em 1898, é paradigmático (veja mapa 5.4).

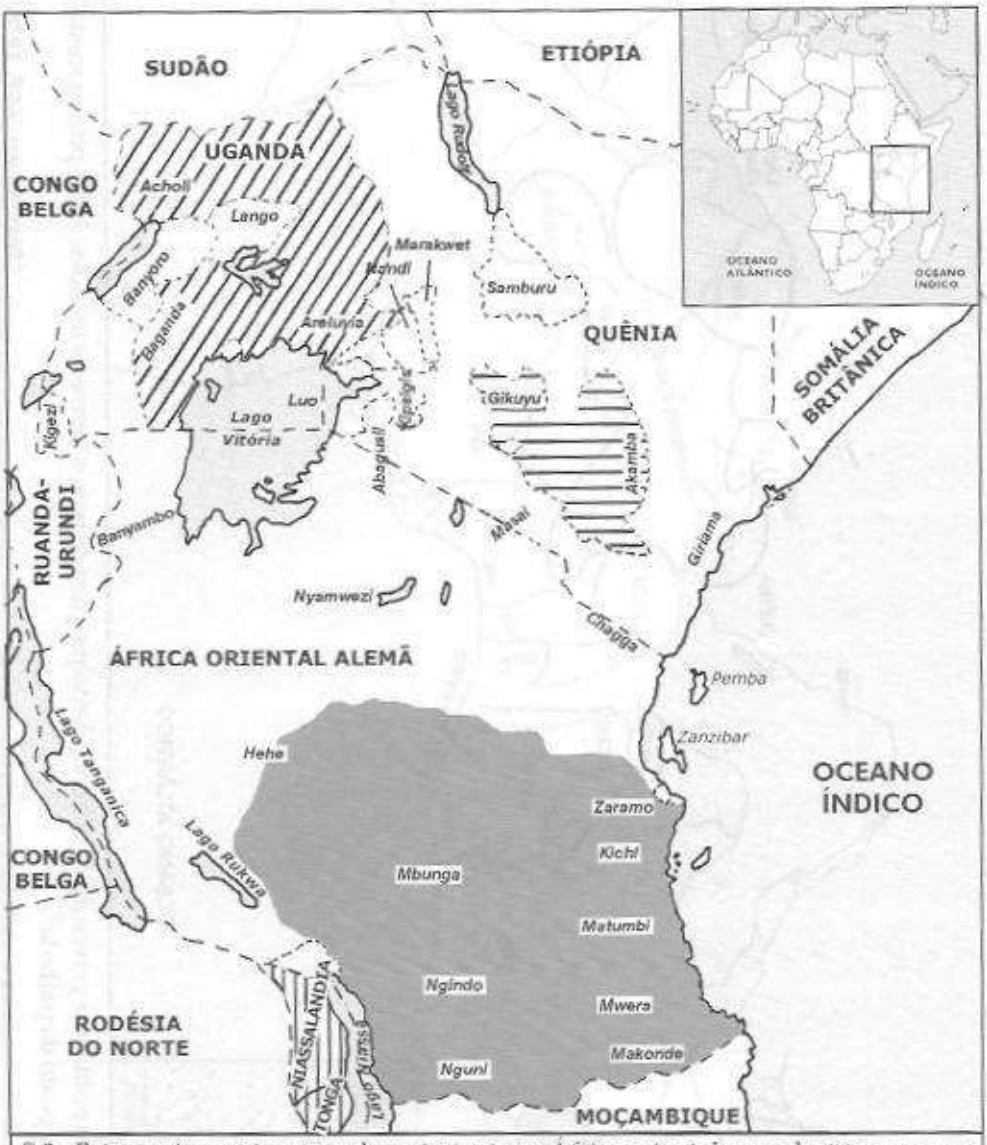
Essa rebelião foi uma reação dos temnes e dos mendes diante de um conjunto de medidas administrativo-jurídicas por parte do domínio britânico, tais como as que impunham aos povos: a perda de suas terras; as formas compulsórias de trabalho; a abolição do tráfico de escravos na região; o desenvolvimento de uma força armada de "nativos" a serviço do sistema colonial; e a nomeação de administradores de distrito. Mas foi sobretudo a imposição de uma taxa anual de 5 xelins sobre as palhotas (habitações) de duas peças (cômodos) e de 10 xelins sobre as de maiores dimensões a causa mais imediata da rebelião que ficou por isso conhecida como "a rebelião do imposto da palhota".

Os temnes decidiram pelo não-pagamento dos impostos. Além disso, contaram com o apoio dos mendes, estendendo o movimento por cerca de três quartos do protetorado. Organizados, colheram de surpresa a burocracia colonial, matando funcionários e soldados britânicos além de todos os africanos suspeitos de colaborar com a administração colonial.

Com esforços de duas companhias de soldados provenientes de Lagos a rebelião foi sufocada deixando, no entanto, um forte descontentamento dos povos africanos em relação ao aparato administrativo-jurídico do sistema colonial, relatado no depoimento do então governador britânico de Serra Leoa:

> O indígena começa a compreender a força que representa, ao ver a importância que o branco dá aos produtos do seu país e ao seu trabalho, de modo que o branco não po-

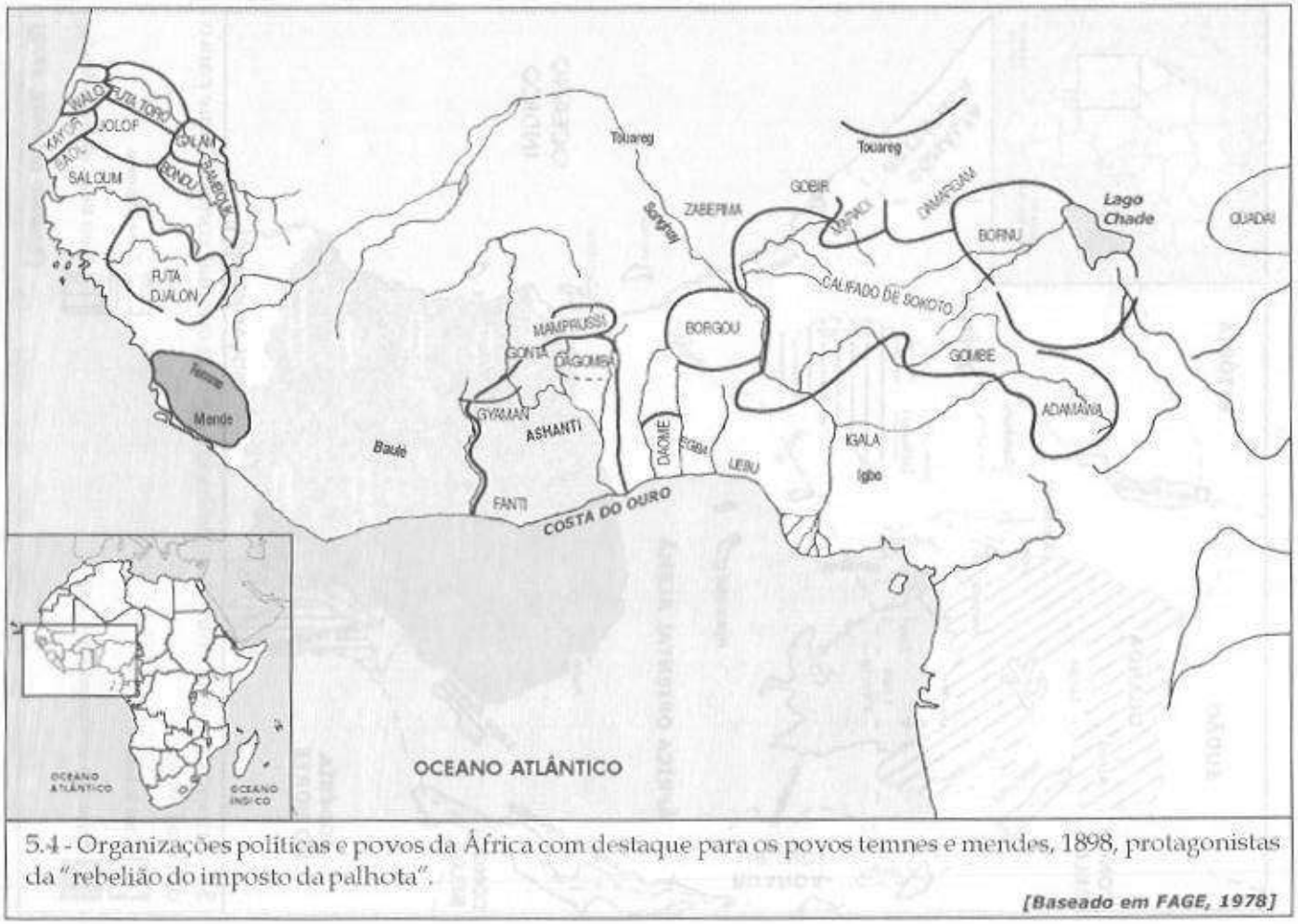
UPDF
WWW.UPDF.COM



5.3 - Principais movimentos de resistência na África oriental, com destaque para o dos maji majis.

Zona acholi
Região do movimento maji maji
Zona akamba
Zona tonga da Niassalândia

[Baseado em FAGE, 1978]



5.4 - Organizações políticas e povos da África com destaque para os povos temnes e mendes, 1898, protagonistas da "rebelião do imposto da palhota".

[Baseado em FAGE, 1978]

UPDF
WWW.UPDF.COM
LEILA LEITE HERNANDEZ

UPDF
WWW.UPDF.COM

derá mais, no futuro, aproveitar-se tanto como antes da sua simplicidade e da sua ignorância no mundo.[11]

Outros exemplos merecem registro. Entre os acholis, povo da parte setentrional de Uganda, no ano de 1911 ocorreu uma forte reação, sobretudo contra o recrutamento de mão-de-obra, embora a esse motivo se somasse o da tentativa dos colonizadores ingleses de desarmá-los, obrigando-os a entregar seus fuzis.[12]

Por sua vez, contra o trabalho forçado e o exagero da tributação foram registrados movimentos especialmente em Moçambique, de onde os africanos eram exportados para as grandes plantações de cacau de São Tomé e para a exploração de minérios na Rodésia do Sul (hoje Zimbábue) e na África do Sul. Também, contra o trabalho forçado, em particular na coleta de borracha, foram vários os movimentos que eclodiram no Congo em começos do século XX, chegando a mais de uma dezena por ano. A estes somaram-se numerosas outras insurgências contra o trabalho forçado nas minas e ferrovias.

Por razões semelhantes eclodiu a Revolta dos Akambas, no Quênia, em 1911, impulsionada pela líder Sistume que se auto-identificava como "possuída pelo Espírito", contra a perda de terras, a tributação exagerada e o trabalho forçado. Mas foi de fato um jovem, Kamba, quem conduziu e liderou o movimento, transformando-o em protesto contra o colonialismo. Esse movimento apresentou uma particularidade, qual seja, a de também serem razões de luta a falta de liberdade e a corrosão cultural, promovidas pela imposição dos padrões da civilização ocidental.[13]

No que se refere particularmente à esfera cultural, cabe registrar que a corrosão e a repressão culturais deram ensejo a formas de resistência centradas em movimentos de reafirmação cultural em diversas regiões da África. Os exemplos são vários e, embora careçam ser mais estudados como fenômenos sociais, já é sabido que não podem ser considerados sem importância ou mesmo marginais ao tema da resistência. Um desses fenômenos é, em particular, de grande interesse. Refere-se a uma manifestação presente em todo o século XIX, qual seja, a atividade do teatro profissional no velho Império Oió da Nigéria. Derivava das representações feitas com máscaras para os funerais dos reis as quais, segundo a crença, protegiam toda a população.

11. *Apud* GUÈYE, M. Baye e BOAHEN, A. A. "Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880-1919". *In*: BOAHEN, A. Adu. *História geral da África, op. cit.*, p. 160.
12. Consultar o mapa 5.3, p. 119.
13. Consultar o mapa 5.3, p. 119.

UPDF
WWW.UPDF.COM

Mas, com a desintegração do império decorrente de razões tanto endógenas (as guerras civis em Oió) como exógenas (o ataque dos peuls, povos islamizados do Norte), os grupos teatrais se dispersaram em direção ao sul, ultrapassando as fronteiras do Daomé e extinguindo-se, portanto, no local de origem. Os vencedores muçulmanos proibiram a maioria das formas teatrais, sobretudo aquelas associadas às festas dos antepassados que continham representação de figuras humanas. Esse trabalho do Islã foi completado pelos missionários cristãos que, avançando da costa em direção ao norte, proibiram os fiéis de participar das representações teatrais. É que estas eram fundadas, desde a sua gênese, em temas especificamente tradicionais e qualificadas pelos missionários como "cultos diabólicos", motivando a sua proibição (veja mapa 5.5).

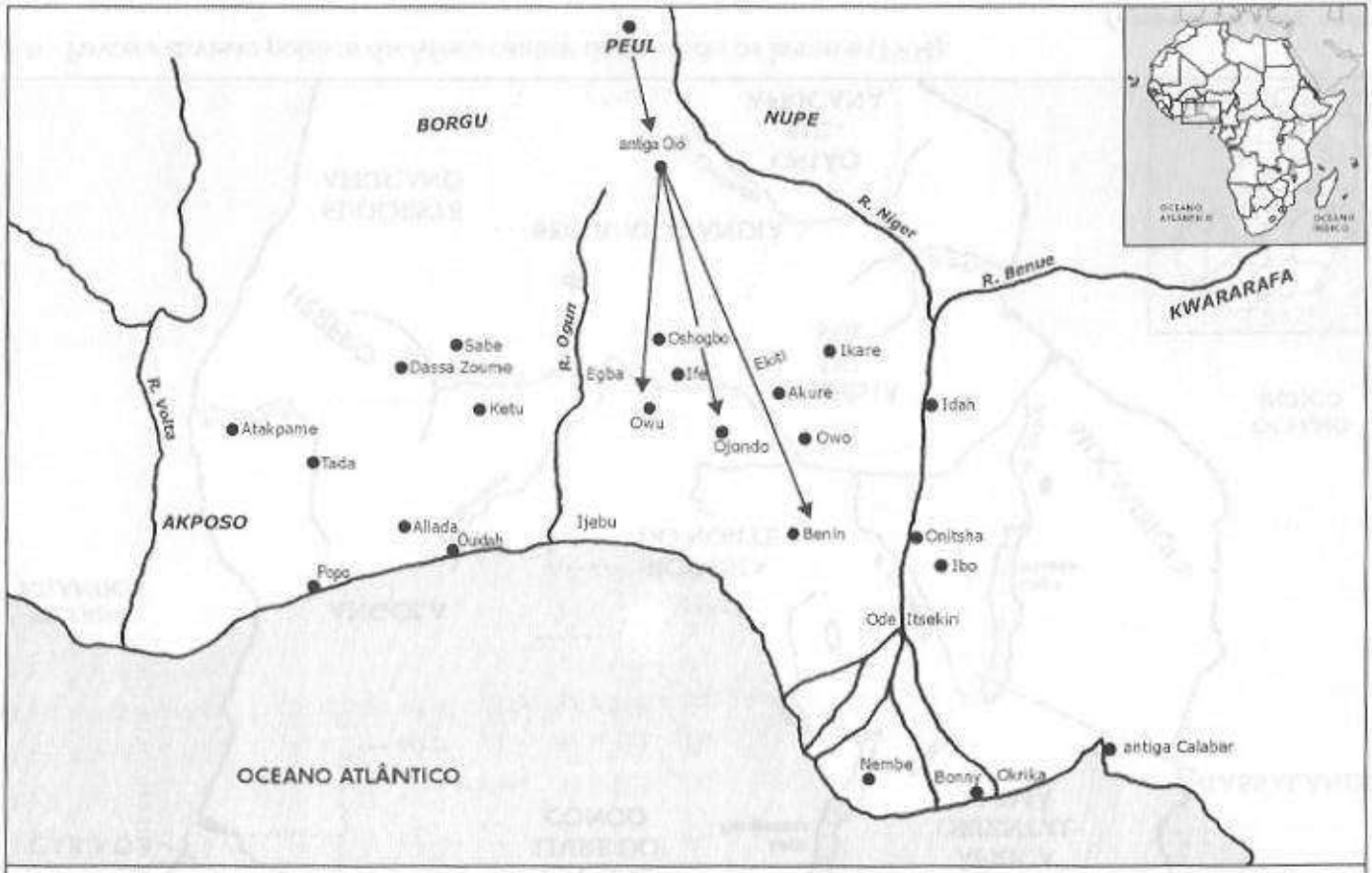
Esse teatro tornou-se, a partir daí, uma força de resistência às culturas islâmica e cristã e algumas de suas raízes perduraram, ressurgindo no pós-independência, na região meridional da Nigéria. É um exemplo clássico de repressão cultural que atesta como as formas de dominação incidiram nas expressões e nos valores culturais, fossem eles revestidos pelo aspecto religioso, fossem de características propriamente sociais, forçando a sua reorganização e, por vezes, a sua própria recriação.[14]

Lembramos ainda mais três movimentos, exemplos sugestivos da combinação entre motivos econômicos e culturais, que eclodiram na primeira década do século XX na Namíbia, em Angola e na África do Sul. O primeiro deles foi um movimento do povo herero ocorrido, em 1904, na Namíbia (sudoeste africano de colonização alemã). Sob a liderança de Samuel Maherero os hereros se insurgiram como conseqüência imediata dos confiscos de terra e gado. Destruíram fazendas, capturaram o gado e mataram cerca de uma centena de colonizadores alemães (veja mapa 5.6).

Os massacres contra o povo herero não tardaram, sendo cerca de 80 mil africanos (aproximadamente 80% da população) dizimados, enquanto por volta de 14 mil foram confinados em campos de concentração. Vale a pena observar que nesse movimento salta aos olhos a estreita relação entre a violência inerente às próprias relações econômicas e o rico espectro sociocultural garantidor da cooptação e organização combativa dos hereros. Não causa por isso estranheza que a administração alemã tenha proibido a reconstituição de instituições etnoculturais e a prática de cerimônias tradicionais. Além disso, os hereros tiveram de se converter em massa ao cristianismo.[15]

14. Essa importante questão é tratada por SOYINKA, Wole no seu artigo "As artes na África durante a dominação colonial". *In*: BOAHEN, A. A. *História geral da África, op. cit.*, pp. 549-73.

15. Com referência aos hereros é importante consultar CARVALHO, Ruy Duarte de. *Vou lá visitar pastores: exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997)*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.



5.5 - Cidades e povos da região entre o Alto Volta e os Camarões, destacando-se o povo peul, a antiga cidade de Oió e a dispersão dos povos oiós onde ocorreram movimentos contra a corrosão e a repressão culturais.

[Baseado em FAGE, 1978]

UPDF
WWW.UPDF.COM



5.6 - Povos e divisão política da África central destacando os hereros (1904).

[Baseado em FAGE, 1978]

UPDF
WWW.UPDF.COM
LEILA LEITE HERNANDEZ

UPDF
WWW.UPDF.COM

Por sua vez, quanto a Angola, é importante registrar a Revolta dos Bailundo entre os anos de 1902 e 1904 que, tendo como chefe Muta-Ya-Kavela, contou não só com o apoio de vários "reinos" umbundos aparentados, como também com a adesão de alguns pequenos "reinos" ovambos. Invocando laços ancestrais comuns, esse importante movimento que contou com ampla base de apoio atraiu várias sociedades contra a imposição de padrões e valores culturais ocidentais que agrediam suas cosmogonias. Obtiveram alguns êxitos importantes, ainda que por curto tempo, como a expulsão de comerciantes e de colonos portugueses das montanhas ovimbundo: os primeiros, porque promoveram a desarticulação de intercâmbios locais; os segundos, por terem confiscado suas terras.[16]

Por fim, ainda que no âmbito de um levantamento sumário de exemplos dos movimentos de resistência, encontramos como referência obrigatória a Revolta Bambata. Ela se insere em um conjunto de lutas sucessivas de início entre os zulus (que viviam ao sul do rio Limpopo) e os africânderes (do Transvaal) e, a partir de 1879, dos zulus contra a virulência britânica (veja mapa 5.7).

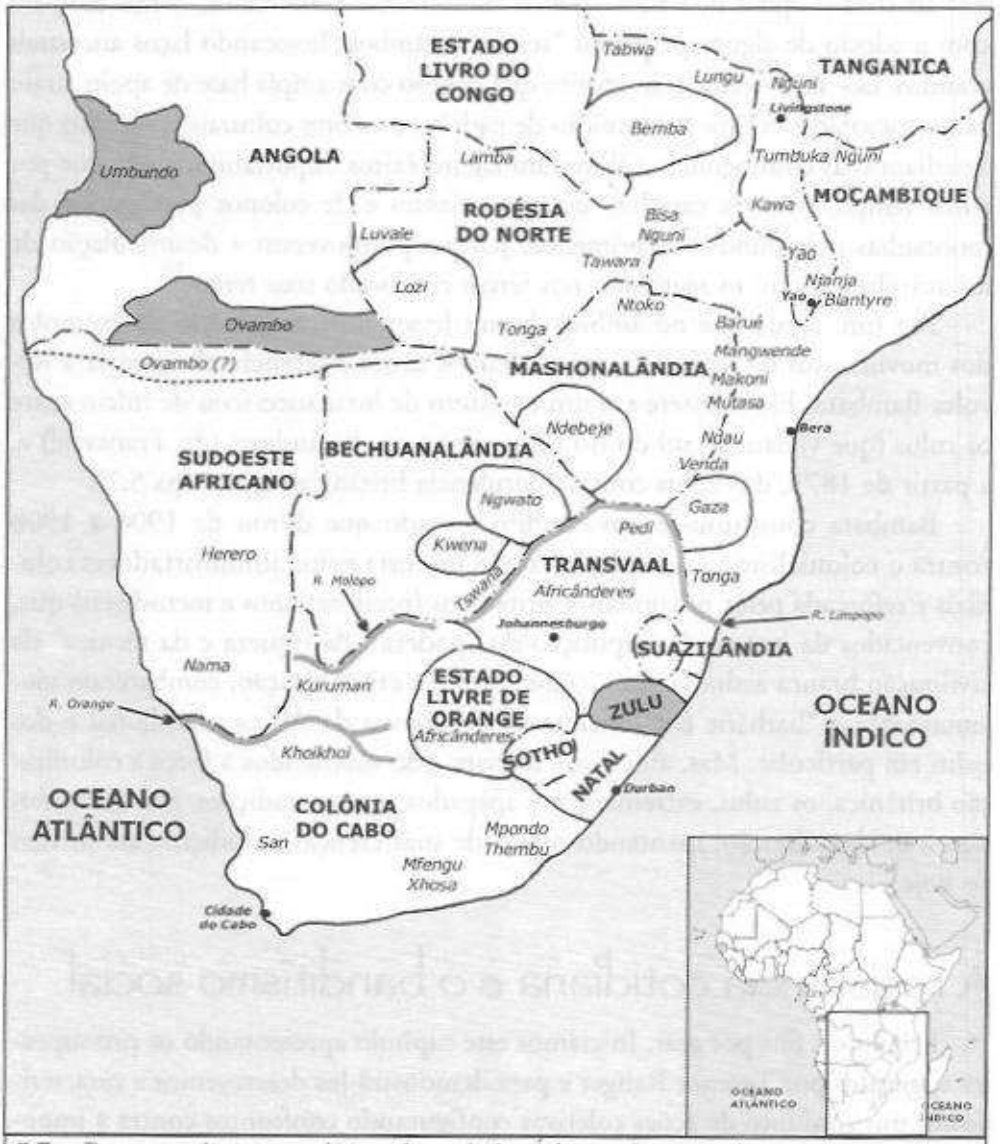
Bambata constituiu-se um conflito armado que durou de 1906 a 1908 contra o colonialismo e a ocidentalização imposta pelos administradores coloniais e reforçada pelos missionários britânicos (presbiterianos e metodistas) que, convencidos da justeza da imposição do "poderio, da riqueza e da técnica" da civilização branca assimilando o colonialismo à cristianização, combateram violentamente a "barbárie e o fetichismo" dos povos da África meridional e dos zulus em particular. Mas, ainda que tenham sido submetidos à força à colonização britânica, os zulus, extremamente apegados às suas tradições, não sucumbiram à ocidentalização, mantendo muito de suas crenças e tradições até os dias de hoje.

A resistência cotidiana e o banditismo social

Há alguns fios por atar. Iniciamos este capítulo apresentando os pressupostos sugeridos por Terence Ranger e para demonstrá-los descrevemos e caracterizamos um conjunto de ações coletivas configurando confrontos contra a imposição do sistema colonial. Apresentamos movimentos organizados, muitos dos quais com evidentes repercussões em seu tempo. Os exemplos históricos nos permitiram reconhecer o dinamismo das várias dimensões da vida social dos africanos e identificar ideologias dos movimentos de resistência.

16. Consultar PELISSIER, René. *História das campanhas de Angola: resistências e revoltas (1845-1941)*. Lisboa: Estampa, 1986, vol. I.

UPDF
WWW.UPDF.COM



5.7 - Povos e divisão política do sul da África, destacando-se os povos que resistiram a aspectos do colonialismo.

— · — · — · — Fronteira internacional após a partilha.

O curso dos rios Orange, Molopo e Limpopo forma uma fronteira natural utilizada na partilha.

[Baseado em FAGE, 1978]

UPDF
WWW.UPDF.COM

É possível chamar uma vez mais a atenção para o fato de que os estudos acerca das resistências podem ser divididos em dois grandes grupos: os que se apresentam permeados de preconceitos, pré-noções e lacunas de conhecimento e os que propõem uma análise crítica da historiografia como precondição para as pesquisas sobre o tema, os quais nortearam a escolha dos exemplos apresentados. Evidentemente isso não é pouco, mas impõe recortes no objeto de pesquisa; no conjunto, a "nova historiografia" acerca dos movimentos de resistência, a partir de 1980, concentrou-se sobretudo nos movimentos organizados de maior envergadura, alguns apresentando desdobramentos em seu tempo.

O que se pode acrescentar é que nas condições opressivas dos anos de colonialismo, em particular de 1880 a 1914, também são sugestivos para exame outros fenômenos sociais de protesto pouco tratados por serem episódicos, de pequena extensão e amplitude.

Mas é possível sustentar que, de modo geral, a historiografia tem considerado esses fenômenos sociais como marginais também pelo fato de suas reivindicações terem se apresentado, na maior parte das vezes, um tanto difusas. Ainda assim, insistimos que recuperá-los significa romper com as formas tradicionais de se pensar as sociedades africanas sob os colonialismos, ampliando a compreensão dos elementos que garantiram e instrumentalizaram a subordinação dos africanos, como suas incertezas e seus descontentamentos diante da pobreza e da injustiça social.

Não obstante as dificuldades de análise, é possível reconhecer não só a importância de formas de protesto social cotidiano, como a ação do banditismo social, ocorridas nas áreas predominantemente rurais nas quais as estruturas coloniais foram limitadamente invasivas. Quanto à resistência cotidiana, algumas formas mais usadas foram as doenças simuladas, o ritmo lento de trabalho, as fugas, a sabotagem de equipamentos, as queimadas (por exemplo, de entrepostos), as pilhagens de armazéns das companhias concessionárias e de negociantes locais, a destruição de meios de transporte e de linhas de comunicação e as fugas para zonas desabitadas criando enclaves autônomos.

Há fortes indícios de que algumas dessas manifestações guardavam uma relação de protesto com o desenvolvimento de forças policiais formadas por africanos recrutados entre mercenários e seus aliados como instrumentos administrativos coibidores de quaisquer formas consideradas de perturbação da ordem. Aliás, os referidos policiais tinham a função de intimidar os africanos e de controlar os chefes locais, sendo essa razão, em si mesma, causadora de incontáveis embates, sobretudo na África central, como as agitações contra a For-

UPDF
WWW.UPDF.COM

ça Pública no Congo, os Guerras Pretas em Angola, e os sipaios e a Polícia Nativa na Rodésia do Norte (hoje Zâmbia).

Por fim, deve-se ressaltar a importância da atuação de bandidos sociais, forma arcaica de protesto social organizado, cujo exemplo significativo foi o de Mapondera. Esse bandido social, herói das massas rurais da região meridional de Moçambique, obteve alguns sucessos contra as tropas coloniais portuguesas e da Rodésia do Sul (hoje Zimbábue), de 1892 a 1903. Protegia os trabalhadores do campo contra os recrutadores de mão-de-obra, os coletores de impostos, a exploração pelos agentes das companhias e o desmando por parte dos administradores coloniais.

Mapondera e seus partidários atacavam repetidamente entrepostos da Companhia da Zambézia e as lojas dos mercadores rurais, símbolos de exploração econômica. Defendiam, assim, a população dos excessos próprios da dominação exercida pelos governantes locais europeus, identificados como responsáveis por sua sujeição, submissão e, sobretudo, por sua extrema pobreza. Deve-se reconhecer que esse é um fenômeno difícil de analisar, em especial porque a ação de Mapondera passou a integrar o imaginário popular da região, dificultando a identificação de como, pragmaticamente, sua trajetória se modificou e de como ela teve fim.

Apesar das limitações apresentadas por ambas as formas de rebeldia às quais nos referimos, isto é, a resistência cotidiana e a atuação do bandido social, não resta dúvida sobre o seu interesse para os estudiosos de história da África, em particular do período colonial. Essas reações de enfrentamento são importantes como expressões de descontentamentos e inquietações traduzidas em não-resignação, contrapondo-se à idéia corrente de passividade e até mesmo de certa apatia perante as imposições do sistema colonial.

Em segundo lugar, e essa observação vale em particular para o bandido social, a rebeldia abre possibilidades para identificar e compreender as características próprias da organização de grupos sociais definidos por seu tradicionalismo e por vezes por seu conservadorismo, verificando-se em que medida essas características foram responsáveis pela ineficiência e debilidade políticas impeditivas de transformar as insatisfações em revoltas políticas mais eficazes.

Alguns desafios para a historiografia

Dito isso, é inevitável apresentar algumas considerações que nos parecem pertinentes para armar um campo de discussão mais aprofundado sobre o tema, retomando os pressupostos elaborados por Terence Ranger e apresentados no início

UPDF
WWW.UPDF.COM

deste capítulo, que inspiraram suas hipóteses de trabalho acerca dos movimentos de resistência. A primeira refere-se à discussão sobre a natureza da resistência, para apontar a necessidade de explicitar e detalhar com mais profundidade a relação entre os movimentos sociais e as ideologias, compreendendo os fenômenos contestatórios como produto de experiências e circunstâncias concretas. Essa perspectiva permite afirmar que nem todos os movimentos registrados nesse período foram contra o branco colonizador. Significa dizer que existiram, por exemplo, agitações sociais que não surgiram dos sentimentos populares despertados diretamente por ameaças externas, mas de ações radicais e inovadoras voltadas para remover descontentamentos provocados por transformações internas, ou mesmo pelo anseio de acelerar o ritmo das mudanças em curso.

É necessário compreender que as sociedades africanas que traziam experiências pré-coloniais eram extremamente dinâmicas, apresentando uma história pontilhada por convulsões sociais. Como destacou Coquery-Vidrovitch: "na verdade, essas sociedades supostamente estáveis raras vezes desfrutaram do encantador equilíbrio que se presume ter sido rompido pelo impacto do colonialismo".[17]

Apesar dos obstáculos, investigações cuidadosas nas quais o campo pesquisado seja circunscrito com limites mais estreitos poderiam dar conta dessa questão partindo da possível identificação de uma série de particularidades, dando ensejo para que se produzisse um material bastante esclarecedor.

A segunda consideração, por sua vez, diz respeito à extensão dos movimentos. É possível sustentar que ela depende de experiências e circunstâncias concretas e, mais especificamente, do grau de particularismo histórico das populações envolvidas. No pequeno leque dos movimentos aqui examinados há fortes indícios de que quando um grupo etnocultural combateu sozinho, pelo vulto do seu exército e por seu potencial de resistência, a extensão do movimento acabou sendo geralmente limitada.

Já a última observação é sobre os desdobramentos suscitados pelos movimentos de resistência. Convém, entretanto, começar por algumas distinções sobre o próprio termo *desdobramento* pois é preciso ter em mente dois tipos distintos de compreensão. O primeiro refere-se às respostas aos movimentos de resistência, isto é, se estes indicam ou não mudanças nos mecanismos administrativo-jurídicos próprios da estrutura de dominação colonial. O segundo, por sua vez, diz respeito à possibilidade de pensar o tema dos desdobramentos con-

17. COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. "The political economy of the African peasantry and modes of production". *In*: GUTKIND, Peter C. *The political economy of contemporary Africa*. Beverly Hills: Sage Publications, 1976, p. 94.

UPDF
WWW.UPDF.COM

siderando-o no sentido da continuidade e, nesse caso, reconhecendo a necessidade de uma investigação orientada para identificar se o movimento focalizado foi retomado, absorvido ou transformado em outros politicamente mais organizados, guardando (ou não) relações com os movimentos de independência.

Dessa maneira, enfrentando alguns problemas particularmente difíceis para o historiador, será possível conhecer um pouco mais acerca de uma África que nos desafia, a começar, por ser um vasto e complexo mosaico de heterogeneidades.

UPDF
WWW.UPDF.COM

6

O PAN-AFRICANISMO

A noção de raça: dominação e resistência



O século XX já foi adjetivado de várias formas. Talvez a mais conhecida seja a de Eric Hobsbawm, "breve século XX". Essa brevidade foi densa quanto à arbitrariedade e ao exercício da violência responsável por horrores inaceitáveis, em especial os derivados das discriminações, como os que caracterizaram os totalitarismos (o stalinismo e sobretudo o nazismo) e o *apartheid* da África do Sul.

Todavia, além desses horrores em graus exacerbados, lembramos também de crueldades derivadas da violência institucional e simbólica como as referentes às questões raciais dos negros, por exemplo nos Estados Unidos e no Brasil, e seus desdobramentos que nos levam à hipótese de que os negros na sua grande maioria são considerados apenas indivíduos, por vezes cidadãos, mas sempre de segunda classe.

Essa situação a partir da modernidade tem raízes histórico-estruturais no tráfico atlântico de escravos, elemento fundamental do sistema colonial do século XVI, e foi reforçada pelo imperialismo colonial de fins do século XIX na África. Mas, enquanto este tem sido por vezes qualificado como contingente, o racismo integra um corpo ideológico que antecede e transcende o imperialismo colonial.

Para esse corpo ideológico foi fundamental o papel da etnografia européia da segunda metade do século XIX, cujo ponto de partida era o pressuposto de que apenas os ocidentais porque "mais aptos" e "mais capazes" podiam, de acordo com uma nova consciência planetária, conceber e apresentar idéias sobre os povos coloniais. Constituiu-se, assim, uma identidade imaginada, a partir da idéia de que nada era mais natural do que a submissão das raças dos mundos dominados da Ásia e da África, uma vez reduzidas a subprodutos do racialismo europeu.

Temos aqui o ponto central em torno do qual se organizaram as exposições universais, verdadeiros rituais de massa em que os grandes impérios se afirmavam segundo sistemas classificatórios tanto para os produtos em exibição como